

ANEXO I-D

1 - DAS PENALIDADES

1.1- O não cumprimento do disposto no Capítulo **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA e NO TERMO DE REFERÊNCIA** implicará na retenção dos valores devidos à **CONTRATADA**, referente a prestação de serviços correspondente ao objeto contratado, sem prejuízo das outras sanções presentes no presente instrumento.

1.2- A inobservância de qualquer cláusula ou condição aqui avançadas sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das seguintes penalidades:

1.2.1- Advertência por escrito.

1.2.2- Multa de 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO.

1.2.3- Pelo atraso injustificado na prestação de serviços objeto da licitação:

1.2.3.1- Até 30 (trinta) dias, multa moratória de 0,5% (cinco décimas por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

1.2.3.2- Superior a 30 (trinta) dias, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

1.2.3.3- Multa de 0,2% (dois decimais por cento) do valor do contrato pelo atraso injustificado e reincidente na apresentação dos veículos às 05h00min.

1.3.3.4- Multa de 0,2% (dois decimais por cento) do valor do contrato pela falta da limpeza do veículo injustificada e reincidente.

1.3.3.5- Multa de 0,2% (dois decimais por cento) do valor do contrato pela falta da garantia contratual, por dia de atraso.

1.3.3.6- Multa de 0,2% (dois decimais por cento) do valor do contrato pela não substituição do veículo com problema no prazo de duas horas.

1.3.4- Rescisão contratual, penalizando o infrator com multa de 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO, qualquer que seja a causa e a época da rescisão.

1.3.5- Suspensão temporária de participação em licitação com a Municipalidade local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

1.3.6- Ficará impedida de licitar e contratar com esta Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

1.4- As multas pecuniárias deverão ser colocadas à disposição do órgão licitante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data da ciência, por parte da empresa **CONTRATADA**, sob



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de agosto de 1853"

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 181 –
CEPROM - Jaú/SP - CEP 17200-000 - Fone (14) 3602-2781
sec.meioambiente@jau.sp.gov.br – www.jau.sp.gov.br



pena de inscrição como dívida ativa e execução judicial.

1.5- Ficará sujeito ainda, às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6- A aplicação das penalidades descritas nos itens anteriores, deste Capítulo ficarão sob responsabilidade do Administrador Público, podendo aplicar a pena que entender cabível, considerando a gravidade da infração, não havendo necessidade de exaurir as penalidades mais leves para aplicar as mais graves.

1.7- As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa.

1.7.1- O montante da multa poderá, a critério do **MUNICÍPIO DE JAHU**, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor, independentemente de qualquer notificação.



“JAÚ CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO FEMININO”

“RIBEIRO DE BARROS – HERÓI NACIONAL”

